

Prioridade ao transporte coletivo e integrado 8

Aires das Neves Junior, Maria Rosa Raveli, Uirá Felipe Lourenço e Paulo Paim (D) debatem mobilidade urbana



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Senadores pedem continuação de debates sobre o futuro do planeta

Após a Rio+20, Collor, Rollemberg, Cristovam, Jucá e Braga dizem esperar que a sociedade continue mobilizada. 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.687 – Brasília, terça-feira, 26 de junho de 2012

Conselho de Ética recomenda cassação de Demóstenes Torres

Relatório de Humberto Costa, que aponta quebra de decoro do senador goiano, foi aprovado por unanimidade. Agora, vai à CCJ e, depois, ao Plenário

Com a aprovação do parecer de 79 páginas do relator Humberto Costa, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar considerou que o senador Demóstenes Torres faltou com a ética e se transformou em “braço político” da organização criminosa de Carlinhos Cachoeira. A defesa de Demóstenes contestou a legalidade das escutas da Polícia Federal. 3



Parecer de Humberto Costa (ao lado de Antonio Carlos Valadares e Jayme Campos) acusa Demóstenes Torres de mentira, uso indevido do mandato e recebimento de vantagem indevida

Pedro Franco/Agência Senado

especial Cidadania

Novo código pode atenuar o “juridiquês”

Expressões como “consorte supérstite”, “ergástulo público” e “cártula chéquica” nos tribunais

vêm sendo evitadas pelos próprios magistrados e podem ser “condenadas” por lei. 4 e 5

Afastamento de Fernando Lugo gera polêmica no Senado

De um lado, José Sarney, Pedro Simon e Randolfe Rodrigues criticaram o processo que, em 36 horas, resultou no *impeachment* do presidente paraguaio Fernando Lugo. Do outro, Francisco Dornelles, Ana Amélia e Antonio Russo consideraram que não cabe ao Brasil nem a qualquer outro país contestar julgamento previsto na Constituição paraguaia. 7

Mani Góis/Altop



Assistência à mulher no Paraná é criticada

CPI que investiga violência contra as mulheres identificou baixo número de delegacias especiais e poucos processos com condenação no estado. 2

Senadora Ana Rita (2ª à dir.) e deputados Dr. Rosinha, Jô Moraes e Rosane Ferreira (D) em audiência em Curitiba

CPI encontra falhas na atenção a mulher agredida

Comissão mista realizou diligências no Paraná e identificou apenas 16 delegacias especiais, falta de informações sobre tentativas de homicídios de mulheres e poucos processos judiciais com condenação

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra as mulheres constatou, em Curitiba, falta de estrutura física, material e de pessoal para atender adequadamente às mulheres.

Com 399 municípios, o Paraná conta apenas com 16 delegacias especializadas, nove centros de referência, cinco casas-abrigo e dois juizados especializados no atendimento à mulher. A Defensoria Pública está em fase de implantação.

O movimento de mulheres denunciou a demora na notificação aos agressores das medidas protetivas, que poderiam salvar muitas mulheres.

Outro fato que chamou a atenção da CPI foi a ausência de informações sobre tentativas de homicídio contra as mulheres.

O Paraná é o único estado a não ter gestora pública no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

No Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba, conforme denúncia da presidente da Associação dos Médicos Legistas, Maria Leticia Fagundes, o



Em audiência pública no Paraná, CPI mista discute violência contra a mulher

mapeamento sobre agressões sofridas por mulheres deixou de ser realizado.

Em diligência à Delegacia da Mulher de Curitiba, a CPI apurou que existem 6 mil processos parados e que a unidade funciona com apenas 50% dos funcionários necessários.

O secretário de Segurança Pública do Paraná, Reinaldo de Almeida Cesar, ao depor à CPI, adiantou que o estado pretende cumprir o pacto assinado com o governo federal e expandir o número de delegacias para 27 até 2014. De acordo com ele, o IML será reestruturado.

Outro dado recebido pela CPI aponta que apenas 60% dos crimes envolvendo a Lei Maria

da Penha foram julgados e 5,5% resultaram em condenação.

O governador em exercício, Flávio Arns, garantiu que está atuando de modo firme para reverter esse cenário.

Estiveram em Curitiba a relatora da CPI, senadora Ana Rita (PT-ES); a presidente, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG); o deputado Dr. Rosinha (PT-PR); a deputada Rosane Ferreira (PV-PR); e o senador Sérgio Souza (PMDB-PR).

A CPI foi instalada em fevereiro. O objetivo é fazer o diagnóstico e elaborar propostas para o combate da violência contra a mulher. *(Informações da assessoria de comunicação da senadora Ana Rita)*

Ex-assessor de Agnelo obtém no STF direito de permanecer calado

O ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu decisão liminar garantindo a Cláudio Monteiro, ex-chefe de gabinete do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, o direito de permanecer em silêncio em depoimento na comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações do contraventor Carlos Cachoeira com políticos, agentes públicos e empresas.

Monteiro foi convocado para a reunião da CPI mista desta quinta-feira. Ele foi citado em escutas telefônicas realizadas pela Polícia Federal (PF) como possível facilitador do esquema de Carlos Cachoeira no governo do Distrito Federal.

Em depoimento à CPI mista, Agnelo defendeu seu ex-subordinado.

Na decisão liminar de Peluso, foi garantido a Cláudio Monteiro o direito de permanecer em silêncio sempre que, a seu critério ou de seu advogado, a pergunta puder levar a resposta que crie risco de autoincriminação.

Foi assegurado o direito do



Monteiro, ex-assessor de Agnelo: convocado pela CPI do Cachoeira

ex-assessor de ser acompanhado por advogado e de não ser preso em decorrência do exercício do direito de não se autoincriminar.

A decisão foi proferida em ação de *habeas corpus* impetrada pela defesa do ex-chefe de gabinete na última quarta-feira.

Outros convocados para depor esta semana na CPI mista apresentaram pedidos semelhantes e aguardam decisão do STF: João Carlos Feitoza, ex-subsecretário de Esportes do Distrito Federal; Lúcio Fiúza Gouthier, ex-assessor do governador de Goiás; e Écio Antônio Ribeiro, sócio da empresa Mestra Administração e Participações. *(Com informações do Supremo Tribunal Federal)*

TV Senado lança programa sobre imortais da ABL

A professora e acadêmica Cleonice Berardinelli será a primeira personagem do novo programa da TV Senado, *Histórias de Acadêmicos*, que estreará domingo, às 20h30.

O programa, mensal, conta a vida e a obra dos integrantes da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Cleonice Berardinelli, ocupante da cadeira 8 da ABL, foi eleita em 2009, na sucessão de Antonio Olinto. Especialista em literatura portuguesa, ela é graduada em Letras Neolatinas pela Universidade de São Paulo (USP).

O primeiro programa da série ouviu os escritores Eduardo Portella, Domício Proença Filho, Antonio Carlos Secchin, Ana Maria Machado e Affonso Arinos de Mello Franco.

Histórias de Acadêmicos tem direção, pesquisa e edição do jornalista Maurício Melo Júnior e produção de Silvio Schmitt.

Os próximos programas da nova série vão retratar escritores como José Sarney, Nélide Piñón, Antonio Carlos Secchin, Carlos Nejar, Petrônio Portella, Carlos Heitor Cony e Ariano Suassuna.

Transmissão da Rádio Senado chega a Teresina

O presidente do Senado, José Sarney, inaugura amanhã as transmissões da Rádio Senado em Teresina. A solenidade, em Brasília, contará com a presença dos senadores do estado, Wellington Dias (PT), Ciro Nogueira (PP) e João Vicente Claudino (PTB), e será transmitida pela rádio.

De Teresina, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themístocles Filho, participará do evento por telefone. Os equipamentos de transmissão da Rádio Senado na capital piauiense ficarão abrigados na assembleia.

Teresina é a sexta capital a transmitir a Rádio Senado FM, já presente em Brasília, Natal, Cuiabá, Fortaleza e Rio Branco. Prevê-se a instalação da emissora em mais cinco capitais este ano (Belém, Rio de Janeiro, João Pessoa, Maceió e Macapá).

A Rádio Senado, criada em 1997, transmite ao vivo as sessões do Plenário e das comissões do Senado e do Congresso Nacional e divulga as atividades realizadas na instituição. O conteúdo inclui noticiários, radiodocumentários, programas culturais e peças institucionais, além de programação musical de MPB.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pauta trancada

14h A pauta de votações está trancada por dois projetos de lei de conversão e pela medida provisória (MP 559/12) que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa.

PRESIDÊNCIA: Integração Nacional

11h30 O senador José Sarney recebe o secretário executivo do Ministério da Integração Nacional, Alexandre Navarro; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 20h, participa de jantar oferecido a dom Giovanni D'Aniello, na sede da Nunciatura Apostólica.

CÓDIGO FLORESTAL: Ministros

8h Audiência pública da comissão mista que examina a medida provisória (MP 571/12) que altera o Código Florestal. Participam do debate os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho; do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; e das Cidades, Agnaldo Ribeiro.

CDH: Estatuto do Motorista

9h Para debater a violência no trânsito e o Estatuto do Motorista Profissional, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública. Após a audiência, votação das emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2013.

CAE/CAS: Erradicação da pobreza

10h A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, participa de audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais para discutir erradicação da pobreza e promoção da igualdade.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 Reunião da comissão parlamentar de inquérito para ouvir depoimento de Lúcio Fiúza Gouthier, Écio Antônio Ribeiro e Alexandre Milhomem.

CE: Faixa etária para atividade cultural

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que estabelece classificação por faixa etária para a presença de crianças em atividades culturais audiovisuais.

CMO: Emendas à LDO 2013

14h30/18h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para receber emendas ao relatório preliminar da LDO de 2013 e para votar medidas provisórias e projetos de lei que autorizam a liberação de créditos para ministérios e órgãos públicos. A reunião será no Plenário 2 da Câmara.

MERCOSUL: Integração regional

15h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul examina projeto que concede benefícios para propostas que favoreçam a integração regional na América do Sul.

FÓRUM: "Ética, moral e política"

18h30 Fórum Senado Brasil 2012, ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade, com a palestra "Ética, moral e política", por Franklin Leopoldo e Silva.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senadores defendem voto aberto no Plenário, como prevê PEC 38/04

Logo depois das três horas ininterruptas de leitura do relatório recomendando a cassação de Demóstenes Torres, os senadores Mário Couto (PSDB-PA), Pedro Simon (PMDB-RS) e Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) deram início aos debates no Conselho de Ética pedindo que a matéria seja apreciada por voto aberto no Plenário do Senado.

— Votação secreta é coisa do passado. Se o Plenário inocentar Demóstenes, peço meu desligamento deste Conselho de Ética. Tragam o caixão e enterrem o Senado Federal. Que moral teremos depois disso? — disse Mário Couto.

Após a reunião, Randalfe disse que espera que os senadores se comportem no Plenário como no Conselho de Ética, independentemente de o voto ser secreto ou não.

O relator, Humberto Costa, não acredita na aprovação rápida da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/04, que institui o voto aberto em caso de cassação de mandato parlamentar.

A matéria aguarda inclusão na ordem do dia há dois anos e ainda teria de ser votada pela Câmara dos Deputados.

Ainda assim, segundo Humberto Costa, alguns senadores podem recorrer ao direito de votar abertamente caso haja, antes da votação, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto. No fim de maio, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) impetrou mandado de segurança para garantir que, em caso de votação secreta, seu voto possa ser tornado público.

Já para o defensor de Demóstenes Torres, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, não há diferença entre votação aberta ou secreta.

— Se eu falar que voto secreto é melhor, estaria duvidando da integridade dos senadores. Não tenho como fazer essa análise — afirmou.



Para advogado de Demóstenes, voto aberto é igual ao secreto

Por unanimidade, Conselho de Ética aprova cassação de Demóstenes

Processo agora continuará na CCJ e depois no Plenário, onde será necessário que maioria dos senadores vote pela cassação do mandato

O CONSELHO DE Ética do Senado aprovou ontem à noite por unanimidade — com 15 votos favoráveis — parecer pela cassação do mandato do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) por quebra de decoro parlamentar.

Os passos seguintes são a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o Plenário do Senado.

O relator do processo, senador Humberto Costa (PT-PE), considerou que Demóstenes recebeu vantagens indevidas, praticou irregularidades graves no desempenho do mandato e teve comportamento incompatível com a ética.

Segundo o relator, Demóstenes foi um “braço político” da organização criminosa comandada por Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso desde fevereiro por exploração de jogos ilegais, corrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes.

Em seu relatório de 79 páginas, permeadas por citações de juristas, filósofos e até artistas, Humberto Costa considerou impossível que Demóstenes Torres, como ex-secretário de Segurança Pública de Goiás e ex-chefe do Ministério Público do estado, não soubesse das atividades ilícitas de Cachoeira.

Para Humberto Costa, ficou claro que “a vida política do senador Demóstenes, desde 1999, gravita em torno

dos interesses de Carlinhos Cachoeira no ramo de jogos de azar”.

Em seguida, o relator foi além em suas afirmações. Segundo ele, “até as pedras de Pirenópolis” [cidade de Goiás] sabiam do envolvimento de Cachoeira com a contravenção penal.

Defesa

Demóstenes Torres preferiu não comparecer à reunião de ontem do Conselho de Ética do Senado.

Durante 30 minutos, o defensor dele, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, insistiu na tese de que as escutas telefônicas obtidas pela Polícia Federal (PF) foram feitas de forma ilegal, em desacordo com a Constituição, visto que

só poderiam ter sido feitas com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), por se tratar de senador.

Diante desse argumento, Kakay pediu a reflexão dos senadores:

— A Constituição manda extirpar do processo prova ilícita. É lícito cassar um senador com base em prova ilegal? — indagou.

O advogado voltou a insistir que o processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é político, mas o rito deve seguir a Constituição, o Regimento Interno do Senado e a resolução que rege o funcionamento do conselho — algo que a seu ver não foi respeitado.

Finalizada essa primeira fase, a do Conselho de Ética, o procedimento administrativo

de cassação foi convertido em projeto de resolução e vai agora para a CCJ.

Recesso

A tarefa da CCJ será analisar os aspectos constitucionais e jurídicos da matéria no prazo de até cinco sessões ordinárias.

O processo contra Demóstenes, então, irá para o Plenário do Senado, onde será decidido em votação secreta.

Para a perda do mandato de Demóstenes Torres, é preciso que a maioria dos 81 senadores vote pela cassação do parlamentar.

O relator, Humberto Costa, disse estar confiante na apreciação da matéria antes do recesso parlamentar, marcado para começar em 17 de julho.



Humberto Costa, relator do processo, e Antonio Carlos Valadares, presidente do conselho: pedido de cassação aprovado

Humberto: “Estamos diante de um mandato corrompido”

O relator do processo disciplinar afirmou que o senador Demóstenes Torres era um despachante de luxo de Carlinhos Cachoeira. No voto pela cassação, Humberto Costa afirmou que o senador goiano cometeu vários crimes para favorecer Cachoeira, como advocacia administrativa, formação de quadrilha, favorecimento pessoal e favorecimento real.

— Afirmando, sem tergiversar, que o senador Demóstenes Torres teve um comportamento incompatível com o decoro parlamentar — disse.

No relatório, de 79 páginas, Humberto rebate alegações da defesa e expõe contradições entre o que disse o senador e o que apontam as escutas da Polícia Federal. Trata também do recebimento de vantagens ilícitas e do envolvimento de Demóstenes com a lavagem de dinheiro do empresário, com sua logística de proteção e com o uso da imprensa.

— Considerado todo o conjunto da obra, é impossível não concluir que ela o desabona.

Humberto rebateu as alegações da defesa sobre a ilegalidade das escutas da Operação Monte Carlo, que impediria o conselho de usá-las. Para ele, esse aspecto deve ser considerado pela Justiça e não no Conselho de Ética, em que o juízo é eminentemente político.

Braço político

O relator concluiu que a vida política de Demóstenes, desde 1999, gravita em torno de Cachoeira. O papel do senador seria de “braço político”, facilitador institucional dos interesses do contraventor.

Humberto lembrou que, em 316 dias, foram registradas pela PF 416 conversas telefônicas entre Demóstenes e Cachoeira. Além disso, o senador teria mantido 25 conversas com pessoas apontadas como membros da organização.

— Estamos diante de um mandato parlamentar corrompido — disse Humberto.

Ele cita situações em que Demóstenes teria atuado em favor de Cachoeira em órgãos e entidades. Entre eles, a Anvisa, o Ibama, a Infraero, o Dnit, o Ministério da Educação, governos estaduais e prefeituras. Segundo Humberto, Demóstenes teria atuado como despachante de luxo.

O relatório também cita o uso, por parte do senador, de celular Nextel com contas pagas por Cachoeira. Para Humberto, os celulares, usados também por outros membros da organização, eram “uma rede fechada de comunicação utilizada para a prática de crimes”.

O relator menciona gravações que apontam para o recebimento de dinheiro por Demóstenes e afirma que as contribuições de Cachoeira para a campanha do senador seguem o padrão de caixa dois.

Em depoimento ao conselho, em maio, Demóstenes afirmou ter conhecido Cachoeira quando era secretário de Segurança de Goiás, na primeira gestão de Marconi Perillo. Segundo Humberto, não é crível que um secretário de Segurança desconhecesse as atividades de Cachoeira.

Humberto lembrou ainda que Demóstenes foi um dos responsáveis pela criação da CPI dos Bingos, em 2005, além de ter participado como “implacável inquisidor”. Segundo o relator, a postura de Demóstenes na CPI mudou quando a comissão investigou as questões pertinentes a Cachoeira.

— O senador Demóstenes Torres adotou postura distinta da que usava para atacar autoridades públicas: recolheu-se, acautelou-se.

O interesse de Demóstenes pela legalização dos jogos, diz Humberto, vem desde o início de seu mandato, em 2003.

Palavras cruzadas da Justiça desafiam a compreensão

Uso de termos rebuscados e raciocínio tortuoso já vem sendo desestimulado pelos próprios profissionais de Direito e pode ser combatido mais diretamente no novo Código de Processo Civil, que deve voltar ao Senado em agosto

Marcio Maturana

EM VEZ DE cadeia, “ergástulo público”. No lugar de viúvo, “consorte supérstite”. E cheque não, mas sim “cártula chéquica”. Palavras do nosso idioma estranhas e desconhecidas, entrecortadas por expressões e citações em latim, uma língua morta, tornam incompreensíveis muitas sentenças judiciais e outros textos do Direito. O costume de inviabilizar a comunicação existe não só entre juízes, mas também entre advogados e outros profissionais da área. A orientação pela informação clara e compreensível, porém, cresce bastante entre os próprios magistrados e pode ser “oficializada” no projeto de novo Código de Processo Civil, que deve voltar ao Senado em agosto, após alterações na Câmara dos Deputados.

A Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) já fez uma intensa campanha a favor da simplificação da linguagem jurídica. A partir de 2005, foram feitos concursos para estudantes e magistrados, palestras com o professor Pasquale Cipro Neto e distribuição de uma cartilha com glossário de expressões jurídicas. A iniciativa foi motivada depois de uma pesquisa do Ibope encomendada pela própria AMB revelou que a população brasileira se incomodava não só com a lentidão dos processos na Justiça, mas também com a linguagem hermética, prolixa e pedante.

— Nossa campanha de 2005 deu ótimos frutos. A maioria dos juízes que não priorizava a clareza nas sentenças corrigiu alguns excessos. Até hoje a cartilha que preparamos é buscada, mas não foi mais atualizada. Talvez a AMB volte a implementar as ações da campanha contra o “juridiquês” no ano que vem — disse o desembargador Nelson Calandra, presidente da AMB.

Quatro anos em vão
No Congresso, a iniciativa mais direta contra o “juridiquês” foi o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 7.448/06, apresentado pela então deputada federal Maria do Rosário. O texto determinava sentenças em linguagem simples, clara e direta. Foi aprovado pela Câmara em 2010, através de um substitutivo de José Genoíno, mas quando chegou ao Senado, em dezembro de 2010, não pôde tramitar porque a Casa havia acabado de aprovar o projeto de novo Código de Processo Civil, que está sendo atualmente analisado pelos deputados.

A solução, para que esses quatro anos de discussão parlamentar não sejam perdidos, seria a simplificação da linguagem jurídica ser novamente aprovada na Câmara, desta vez já no contexto da reforma do Código de Processo Civil, em vez de uma simples alteração. O anteprojeto dessa reforma foi elaborado para o Senado por uma comissão de juristas com o objetivo declarado de “atender aos anseios dos cidadãos no sentido de garantir um novo Código de Processo Civil que privilegie a simplicidade da linguagem e da ação processual, a celeridade do processo e a efetividade do resultado da ação”, segundo texto do próprio anteprojeto.

Na Câmara, o sub-relator do projeto responsável pela parte de conhecimento das sentenças, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), admite que seu relatório não explicita a exigência de simplificação da linguagem na forma como pretendia a então deputada Maria do Rosário. No entanto, ele garante que seu texto tira todos

os entraves e segue o que a antiga proposta defendia: a busca pela efetividade nos processos.

— Acredito que a simplificação da linguagem não precisa estar determinada em lei, até porque não é mais tão problema. Na prática, os profissionais da Justiça consideram que a linguagem jurídica já está mais harmonizada. Constatei isso nas reuniões que fiz com representantes de faculdades de Direito, da OAB, do Ministério Público, da Defensoria e da Promotoria — afirmou o deputado.

No Senado, a orientação pela simplificação da linguagem jurídica deve ganhar uma defesa mais enfática no projeto de Código de Processo Penal. Pedro Taques (PDT-MT), que integra a Comissão de Constituição e Justiça e conhece bem o “idioma” do Direito porque é professor de Direito e ex-procurador da República, argumenta que a necessidade de termos mais técnicos não impede a clareza do texto para que todo cidadão entenda. Na opinião dele, não é necessário chegar ao coloquialismo, mas também não se pode usar uma argumentação ininteligível.

— A linguagem pernóstica muitas vezes usada na Justiça é na verdade um símbolo que busca afastar o cidadão de quem exerce o poder. A democratização da palavra de forma nenhuma afetará o respeito da população ao Poder Judiciário — disse o senador.

Mais do que servir como uma ferramenta para afastar e dominar a situação, como disse Taques, os termos incompreensíveis num raciocínio tortuoso acabam agredindo a própria Constituição federal, lei máxima do país, na opinião do juiz André Nicolitt, que também atua como professor de Direito na Universidade Cândido Mendes e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

— A linguagem rebuscada e inacessível viola os princípios constitucionais do acesso à Justiça e da publicidade. É um exercício de poder, uma violência simbólica para mostrar erudição e autoridade. Numa cultura jurídica menos autoritária, teremos uma linguagem mais acessível. O uso de termos incompreensíveis ao cidadão comum não é uma prática apenas de magistrados, pois muitos advogados também fazem isso. Sem bons argumentos, tentam impressionar com jargões e frases de efeito. Mas tudo não passa de uma cortina de fumaça: muito barulho por nada — afirmou o juiz.

Dilema nas faculdades

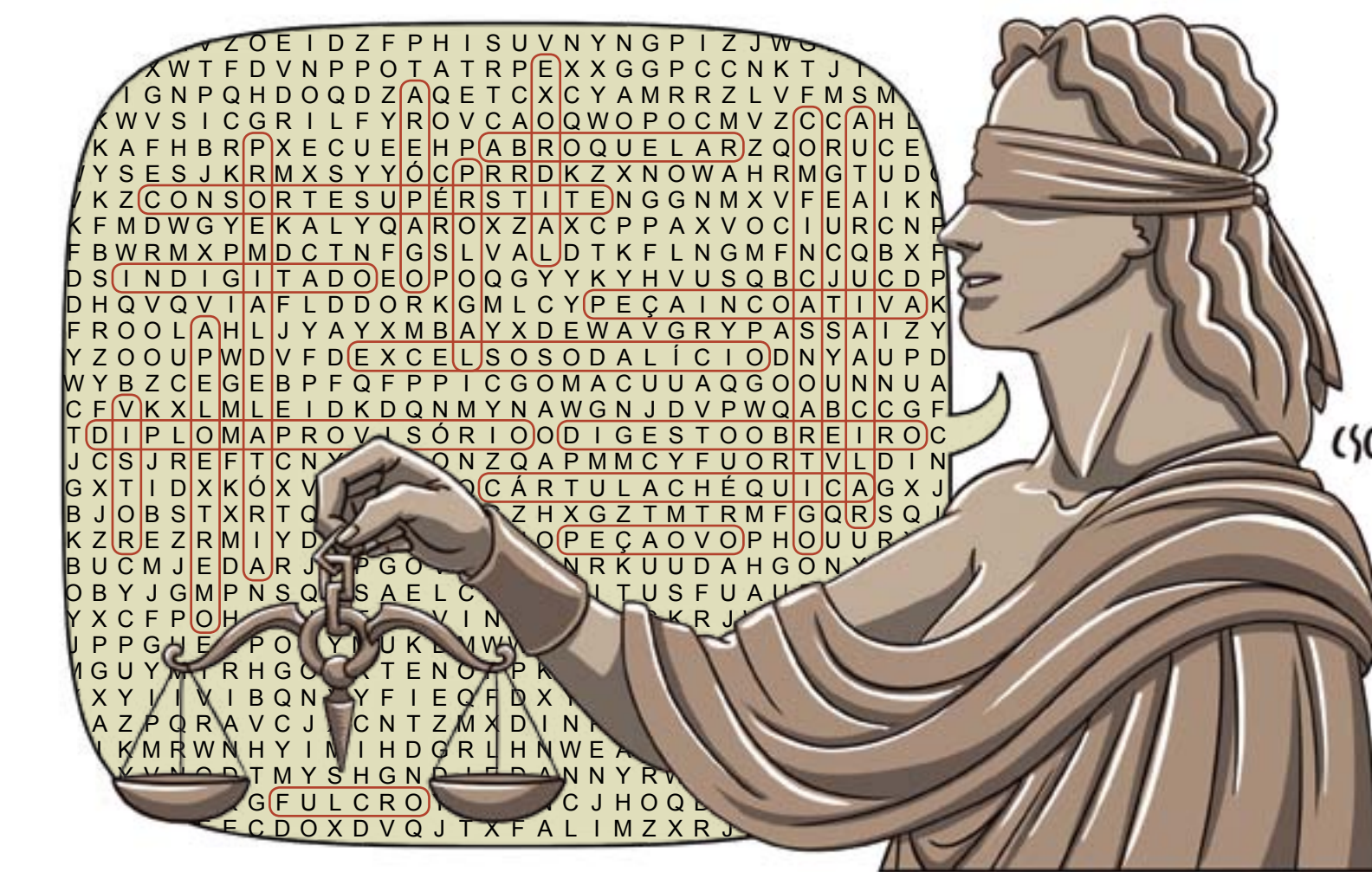
Apesar de muitos dos atuais jovens profissionais de Direito defenderem uma linguagem mais clara nos tribunais, Nicolitt não percebe nas faculdades onde dá aulas nenhuma inquietação sobre esse problema entre a futura geração de advogados e juízes.

— Os alunos chegam muito passivos, na expectativa de aprender, e acabam aceitando o que lhes é apresentado. Na formação dos profissionais de Direito, esse costume é ruim porque cria um mundo distante da realidade. Parece que todo mundo vive ali, dentro daqueles limites e sem referenciais com o mundo exterior.

Isso ainda é bem forte no ambiente acadêmico — lamentou o professor.

Os novos livros de Direito são um caminho para mudar esse cenário, segundo Nicolitt. Ele, que é autor de títulos como *Manual de Processo Penal* e *Novo Processo Penal Cautelar*, garante que a literatura jurídica atual segue a tendência de se tornar mais objetiva, até por uma exigência do mercado. A expectativa é que esses novos textos mais claros “façam a cabeça” dos futuros profissionais.

Mesmo os defensores de textos jurídicos mais claros e diretos, porém, ressaltam que o objetivo não é chegar, como disse Taques, a algo próximo do coloquialismo, da forma que acontece nos textos jornalísticos. A linguagem técnica faz parte do diálogo até de outras



Professor de Direito e ex-procurador da República, Taques defende a simplificação

Jonas Pereira/Agência Senado

categorias profissionais, como médicos ou engenheiros.

— Nas sentenças, às vezes é inevitável usar alguns termos em latim, porque muitos princípios vieram do direito romano e não há tradução fidedigna. Afinal, nas sentenças você não se comunica apenas com o público leigo, mas também com outros tribunais e com advogados — argumentou o juiz Nicolitt.

Ele acrescenta, ainda, que até algumas palavras e expressões em latim já não criam dificuldade de comunicação da Justiça com o público leigo. *Habeas corpus*, por exemplo, todo mundo sabe o que significa e está presente dessa forma, sem explicação ou tradução, até na Constituição federal.

Sentenças poéticas

No caso das sentenças, existe ainda a questão do estilo pessoal, já que o juiz assina o documento.

— Concordo que precisamos aprimorar a comunicação, mas temos que respeitar a redação da sentença como o momento daquele profissional que a assina. Até jornalistas têm estilos diferentes — comparou Calandra, da AMB.

O desembargador lembra que muitos juízes preferem apresentar um estilo mais literário. Não

é incomum que algumas sentenças sejam redigidas até de forma poética, com versos. Conjugando bom humor e seriedade, Calandra afirmou que esse dom criativo poderá ser exercido mais apropriadamente pelos juízes no concurso literário que a AMB vai lançar em novembro, durante o 21º Congresso Brasileiro de Magistrados, no Pará.

O bom humor contra o “juridiquês” também está presente no artigo que o ex-presidente da AMB, desembargador Rodrigo Collaço, escreveu aos juízes em 2005 na *Tribuna do Direito* para defender a simplificação da linguagem jurídica. “O vestuário vernáculo maneado no âmbito dos excelsos pretórios, inaugurado a partir da peça *ab ovo*, contaminando as súpias do petítório, não repercutiu na cognoscência dos frequentadores do átrio forense. *Ad excipionem* o instrumento do remédio heróico e o *ius laboralis*, onde o *ius postulandi* sobeja em beneplácito do paciente (impetrante) e do obreiro. Hodiernamente, no mesmo diapasão, elencam-se os empreendimentos *in iudicium specialis*, curiosamente primando pelo rebuscamento, ao revés do perseguido em sua prima gênese”. Quem com ferro fere com ferro será ferido, diz o adágio popular.

Glossário

| | |
|--------------------------|-----------------------------------|
| Abroquelar | Fundamentar |
| Apelo extremo | Recurso extraordinário |
| Areópago | Tribunal |
| Autaquia ancilar | INSS |
| Cártula chéquica | Folha de talão de cheque |
| Com espeque no artigo | Com base no artigo |
| Com fincas no artigo | Com base no artigo |
| Com supedâneo no artigo | Com base no artigo |
| Consorte supérstite | Viúvo(a) |
| Digesto obreiro | Consolidação das Leis do Trabalho |
| Diploma provisório | Medida provisória |
| Ergástulo público | Cadeia |
| Estribado no artigo | Com base no artigo |
| Egrégio Pretório Supremo | Supremo Tribunal Federal |
| Excelsa Sodalício | Supremo Tribunal Federal |
| Exordial | Peça ou petição inicial |
| Fulcro | Fundamento |
| Indigitado | Réu |
| Peça incoativa | Peça ou petição inicial |
| Peça increpatória | Denúncia |
| Peça-ovo | Peça ou petição inicial |
| Peça vestibular | Peça ou petição inicial |
| Petição de intráito | Peça ou petição inicial |
| Pretório Excelso | Supremo Tribunal Federal |
| Proemial delatória | Denúncia |
| Prologal | Peça ou petição inicial |
| Remédio heróico | Mandado de segurança |
| Vistor | Perito |

Tradução

JURIDIQÜES
Com espia no referido precedente, plenamente afinçada, de modo consuetudinário, por entendimento turmatório iterativo e remansoso, e com amplo supedâneo na Carta Política, que não precieua garantia ao cotencioso nem absoluta nem ilimitada, padecendo ao revés dos temperamentos constritores limados pela dicação do legislador infraconstitucional, resulta de meridiana clareza, tomando despicienda maior peroração, que o apelo a este Pretório se compadece do impensio prequestionamento da matéria abojada na insurgência, tal entendido como expressamente abordada no Acórdão guerreado, sem o que estéril se mostrará a irresignação, inviabilizada ab ovo por carecer de pressuposto essencial ao desabruchar da operação cognitiva.

PORTUGÜES
Um recurso, para ser recebido pelos tribunais superiores, deve abordar matéria explicitamente tocada pelo tribunal inferior ao julgar a causa. Isso não ocorrendo, será pura e simplesmente rejeitado, sem exame do mérito da questão.

“Idioma” diferente, ignorância e choro

Nem seria preciso recorrer ao latim ou aos termos e expressões mais profundamente desconhecidos da língua portuguesa para aterrorizar o maior interessado num julgamento: o próprio réu. Isso ficou claro no programa *Profissão Repórter* exibido pela TV Globo em 19 de junho, quando a equipe jornalística acompanhou julgamentos de mulheres, todas pobres e sem instrução.

No julgamento de Paloma Santos, grávida de cinco meses aos 19 anos e acusada de roubo, ela se depara com a seguinte pergunta:

— A senhora vive do ataque ao patrimônio alheio?
— O que é isso? — responde a ré, olhos arregalados em busca de ajuda do defensor público antes de desabar num choro ruidoso. Paloma foi condenada a cinco anos e quatro meses em regime semiaberto.

O mesmo programa apresentou a audiência de Diana Marques, 28 anos, que ficou quatro meses presa à espera de julgamento, sob acusação de furto.

— Qual a sua escolaridade? — perguntou o juiz.

— Não sei — respondeu a ré, assustada.

O magistrado se viu obrigado a reformular sua frase



Consolada pelo defensor público, Paloma chora durante seu julgamento

e então perguntou até que série a acusada havia estudado. Assim Diana entendeu e contou que estudou até a quinta série.

Os dois episódios confirmam que muitas vezes parece que são falados dois idiomas diferentes nos tribunais brasileiros, o que pode impedir o direito de defesa da pessoa acusada.

Defensores de linguagem clara nos tribunais frequentemente lembram uma história que teria acontecido num tribunal de Santa Catarina. “Encaminhe o acusado ao ergástulo público”, disse o juiz. Dois dias depois, a ordem ainda não havia sido cumprida porque ninguém sabia o significado de “ergástulo” — palavra arcaica usada como sinônimo de cadeia.

Casos assim não faltam nos tribunais brasileiros.

Há dois anos, a ministra do Superior Tribunal de Justiça Nancy Andrighi contou ao jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná, o episódio de um julgamento em que uma senhora de idade avançada podia perder a casa onde morava.

Após longa deliberação dos magistrados, a decisão foi proferida com expressões técnico-jurídicas e o caso foi dado por encerrado. Nancy percebeu a aflição da senhora e quebrou o protocolo ao perguntar se ela havia compreendido a decisão. A resposta, obviamente, foi não. Desde então, a ministra mantém um projeto pessoal de simplificação das decisões judiciais, “traduzindo” suas principais decisões para a linguagem coloquial, no site www.nancyandrighi.stj.us.br.

Senado apresenta “tradução” de resumos de projetos no seu site

Nascerdoiro das leis que vão basear as decisões dos juízes, o Senado já se preocupa com a clareza logo na apresentação dos projetos que estão tramitando. Quando o cidadão faz uma pesquisa sobre qualquer projeto na página www.senado.gov.br/atividade/, encontra na aba “Identificação da matéria” o nome do autor do projeto, depois a ementa apresentada no texto parlamentar e, logo abaixo, o item “Explicação da ementa” — um serviço criado há aproximadamente dois anos para facilitar e agilizar o entendimento de todas as proposições.

— A ementa deve ser um resumo do projeto, mas às vezes ela não explica suficientemente. É muito comum que diga apenas, por exemplo, “altera o artigo tal da lei tal” — afirmou a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Ela conta que o serviço se antecipou às exigências da Lei de Acesso à Informação,

que desde o mês passado obriga órgãos e entidades da administração federal a divulgarem uma série de informações em suas páginas na internet, além de abrir espaço para solicitação de acesso a informações.

Uma equipe de sete pessoas na Secretaria-Geral da Mesa trabalha na explicação das ementas logo que os documentos são apresentados para exibição no site. Todas têm formação em Direito, o que permite a tarefa de “tradução” dos termos originais dos projetos de lei.

Além da explicação das ementas, a equipe também classifica o assunto relativo à proposição pesquisada (saúde, família, trabalho, direito civil, segurança etc). Os outros itens da aba “Identificação da matéria” informam data de apresentação, situação atual e indexação. O cidadão pode consultar ainda outras três abas sobre cada proposição: “Textos”, “Sumário da tramitação” e “Tramitação”.

Saiba mais

Cartilha da AMB O Judiciário ao alcance de todos:
<http://bit.ly/4Zlmtu>

Anteprojeto de novo Código de Processo Civil aprovado no Senado:
<http://bit.ly/lc0Aw9u>

Resolução 79/09 do CNJ:
<http://bit.ly/MwC3Yq>

Vídeo Você alguma vez já foi encrepado?:
<http://bit.ly/MkMclx>

Tramitação do projeto de Código de Processo Civil na Câmara dos Deputados (PL 8.046/10):
<http://bit.ly/UJtFlu>

Cartilha do TJ-MG com glossário jurídico e termos latinos:
<http://bit.ly/KY4KlX>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Senadores avaliam resultados da Rio+20

Os senadores que avaliaram ontem a organização brasileira da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 e os resultados do evento elogiaram a participação da sociedade nos debates e viram avanços, ainda que abaixo do esperado, no documento final do evento. Também criticaram a omissão de países mais desenvolvidos e disseram esperar que o debate sobre as mudanças necessárias para o planeta continuem após o evento.

Collor elogia ampla participação popular e critica líderes do G7



Fernando Collor (PTB-AL) elogiou a ampla participação da sociedade nos debates da Rio+20. Segundo ele, foi a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) com maior participação popular da história.

— A Rio+20 representa a vitória da esperança sobre o derrotismo e da perseverança sobre a inércia. É produto da convicção da necessidade de ações imediatas para evitar uma catástrofe iminente que ameaça a própria existência de vida no planeta — declarou.

Collor lamentou o “desca-so” de líderes do G7 [Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália e Japão]. Desses, apenas o presidente da França, François Hollande, compareceu.

— Apesar do boicote, a conferência serviu para confirmar o legado da Eco-92 — disse.

Para ele, ao consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável, a Eco-92 foi um ponto de chegada. Já a Rio+20 foi ponto de partida, com novas estratégias para atingir esse objetivo.

Faltou empenho dos países ricos, opina Rollemberg



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que o documento oficial da Rio+20 ficou aquém das expectativas e mostra que os chefes de Estado não foram capazes de chegar a um consenso que representasse um avanço. Para ele, a conferência deveria ter definido metas claras para cumprir, ainda que parcialmente, os objetivos acordados.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Rollemberg disse que o Brasil não pode ser responsabilizado e lembrou que a diplomacia brasileira precisou enxugar o documento ao máximo diante da ameaça de não ser produzido documento nenhum — o que seria “um desastre”. Na avaliação do senador, a necessidade de os documentos serem aprovados por unanimidade e a má vontade dos países ricos contribuíram para o resultado.

Também por causa da dificuldade dos países ricos, projetos acabaram não tendo acordo, como o fundo de financiamento do desenvolvimento sustentável nos países pobres.

Cristovam: não houve ousadia para redefinir conceitos



“O Brasil fracassou pela falta de ousadia na Rio+20”, disse Cristovam Buarque (PDT-DF). Mesmo reconhecendo

avanços da conferência, como obter um documento final e legitimar conceitos de economia verde e desenvolvimento sustentável, o senador considerou o resultado insuficiente.

— Falar em economia verde é muito pouco. Ainda que não fosse possível fazer uma revolução do conceito de progresso, era preciso que a presidenta tivesse falado no assunto como uma posição brasileira a ser debatida, mesmo que não aceita. A Rio+20 era o momento de discutir um novo pacto, um novo acordo mundial. Mas ainda espero que o Senado brasileiro possa, nos próximos meses, fazer avançar o que chefes de Estado e de governo não tiveram a ousadia de fazer — disse.

A falta de ousadia, segundo Cristovam, vem, em parte, do “desenvolvimentismo dos anos 50”, do uso da palavra “sustentável” para o que já existe, em vez da substituição do conceito de desenvolvimento pelo de avanço da Humanidade.

Jucá diz que debates sobre ambiente devem permanecer



Ao avaliar positivamente os resultados da conferência Rio+20, o senador Romero Jucá (PMDB-RR)

disse que a defesa do desenvolvimento sustentável e do combate à pobreza vai continuar sendo prioridade do Brasil.

— Os debates foram proveitosos, a participação do Brasil foi importante, e nós vamos continuar debatendo a questão ambiental aqui no Senado e perante a sociedade. É um assunto que não cessa com a Rio+20.

Tendo participado da Eco-92, Jucá disse que a questão ambiental avançou nesses 20 anos.

— Houve um avanço muito grande da conscientização da população não só no Brasil, mas em todo o mundo. Mecanismos foram criados, legislações foram aprovadas e, efetivamente, existe a cada dia uma movimentação maior da sociedade no sentido de que tenhamos a condição e os instrumentos legais e operacionais para preservar o nosso planeta.

Segundo Braga, conferência elevou consciência ambiental



Eduardo Braga (PMDB-AM) avaliou positivamente a organização brasileira da Rio+20 e os resultados oficiais e simbólicos do evento. O senador elogiou o documento oficial do encontro:

— Trata-se de um documento de 59 páginas e 283 itens reafirmando compromissos assumidos desde a Rio-92 e destacando promessas para realização futura, dentro das limitações de cada país, do seu papel no cenário ecológico mundial e do impacto que cada um vem recebendo da crise econômica e financeira internacional.

Para Braga, a Rio+20 deu maior conscientização ambiental a pessoas, empresas e instituições de todo o planeta. A erradicação da pobreza por meio de práticas de desenvolvimento sustentável também recebeu destaque, acrescentou. Eduardo Braga ressaltou que o Amazonas já vem há muitos anos integrando a economia verde ao processo de desenvolvimento econômico e social, em prol da sustentabilidade e do combate à miséria.

“Tecnologia cria novas condições humanas”

O físico Luiz Alberto Oliveira, em sua conferência “*Homo civilis* (ou *Homo sapiens* 2.0)” — a terceira do Fórum Senado Brasil 2012, na sexta-feira —, alertou para a “fragmentação e reformatação” dos limites que definem o ser humano, um fenômeno inédito que atribuiu à ação da tecnologia, abrindo a perspectiva do surgimento de novas condições humanas.

Oliveira propõe a aplicação de conceitos da biologia evolutiva na análise civilizacional, com ênfase nos mecanismos de mutação e hereditariedade. Segundo Darwin, pequenas variantes nos descendentes da espécie podem se acumular ao longo do tempo, e mudanças no ambiente selecionam uma ou outra das variantes.

O físico sublinhou que o

processo ocorre em dois níveis: no molecular, o ritmo de mutação é “frenético”; no ambiental, verifica-se uma lenta cadência. No caso do *Homo sapiens*, lembrou que “*sapiens* tem um ritmo diferente de *Homo*”:

— A capacidade de extravasar o natural trará novo ritmo de inovação e transformação, mais acelerado que o da própria vida.



Jerônimo Moscardo, Luiz Alberto Oliveira e Ronaldo Sardenberg durante debate

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impeachment de Lugo divide senadores

O afastamento do presidente paraguaio Fernando Lugo, decidido sexta-feira pelo Congresso do país, gerou ontem discussão no Plenário do Senado. O *impeachment* foi criticado por Pedro Simon, Randolfe Rodrigues e José Sarney pela velocidade com que aconteceu. Eles também

apoiaram a decisão do governo brasileiro de, em conjunto com os demais países do Mercosul, afastar o Paraguai do bloco até as próximas eleições presidenciais. Já Francisco Dornelles, Ana Amélia e Antonio Russo consideraram que o Brasil deve respeitar o Congresso paraguaio e a Constituição do país.



Lugo diz que foi alvo de golpe e pede aos paraguaios manifestações pacíficas



Federico Franco assumiu o cargo de presidente após afastamento de Lugo

Simon classifica deposição de "golpe sem militar"

Pedro Simon (PMDB-RS) classificou como "golpe sem militar" a destituição do presidente paraguaio Fernando Lugo. E elogiou a ação do governo brasileiro diante do Mercosul na gestão da crise. Para ele, não é possível comparar o afastamento de Lugo com o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992.

— O *impeachment* do Collor foi um processo o mais legítimo, o mais democrático, que não pode ter melhor na história do mundo.

Para Simon, o Brasil tomou uma decisão inteligente ao propor o afastamento do Paraguai do Mercosul até a eleição do próximo presidente. O senador criticou, no entanto, o Ministério das Relações Exteriores pela falta de informação prévia sobre a crise.

Julgamento de 36 horas não respeitou ampla defesa, afirma Randolfe

A deposição do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, foi criticada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Na avaliação do senador, o julgamento realizado em apenas 36 horas não respeitou o contraditório e a ampla defesa.

— Qualquer Estado que não tenha esses princípios em seu ordenamento constitucional, em seu ordenamento jurídico, será reconhecido por nós não como Estado de direito, mas sim como Estado de exceção. Por isso, considero que o que ocorreu no Paraguai foi, de fato, um golpe de estado — declarou.

O senador disse que a classe política no Brasil não pode considerar comum a quebra da ordem democrática e a suspensão de garantias constitucionais no país vizinho.



"Afastamento do Paraguai de bloco foi didático", diz Sarney

Há um sentido "didático" na decisão dos países do Mercosul de suspender a participação do Paraguai no bloco até as próximas eleições presidenciais, em abril de 2013, disse o presidente do Senado, José Sarney.

— A condução do *impeachment* lá não foi um processo democrático normal. Em muitos lugares, os governantes, em algum momento, não têm condições de gerir o processo político, mas nem por isso devem ser afastados — afirmou.

Sarney salientou que a decisão sobre o afastamento foi tomada em conjunto pelos países integrantes do Mercosul.

Dornelles pede a Dilma que não siga orientação da Unasul

Francisco Dornelles (PP-RJ) fez ontem um apelo à presidente Dilma Rousseff para que o Brasil não acompanhe a posição da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) sobre o Paraguai e respeite o Congresso do país vizinho.

— O Paraguai é um grande aliado nosso, existem posições brasileiras muito importantes por lá. E o Brasil tem de atuar com relação ao Paraguai como um país grande e forte e respeitando a Constituição do país e seu Congresso. O Brasil não pode ser uma força policial, dizendo ao Paraguai o que ele deve ou pode fazer.

Para Dornelles, não se pode esquecer que, entre os integrantes da Unasul, há chefes de Estado que "desrespeitam a liberdade de imprensa, o Congresso e ameaçam o Poder Judiciário".

Ana Amélia defende respeito à soberania do país vizinho

A necessidade de o Brasil respeitar a soberania do Paraguai foi defendida por Ana Amélia (PP-RS).

— Não cabe ao Brasil determinar que um processo de *impeachment* tenha que ser de 30, 40 horas, dois meses, cinco meses ou um ano.

A senadora comparou a atitude de países como a Alemanha e a Espanha — que já reconheceram o governo do novo presidente, Federico Franco — e a dos latino-americanos como Argentina, Venezuela e Brasil, que criticaram a velocidade do julgamento.

Para ela, essas reações podem demonstrar "o receio que alguns governantes têm de que o *impeachment* paraguaio possa inspirar outros parlamentos da região, onde o povo parece descontente com a ação de alguns governos".

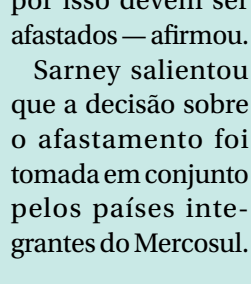
Para Antonio Russo, Brasil deve reconhecer novo presidente

Para Antonio Russo (PR-MS), o *impeachment* de Fernando Lugo "pode ter sido uma decisão relâmpago, mas não representa ruptura da ordem democrática no Paraguai".

— Tanto que a corte suprema paraguaia rejeitou a ação de inconstitucionalidade apresentada por Lugo — ressaltou.

O senador afirmou ser preciso o Brasil levar em conta as declarações do novo presidente, Federico Franco, de que respeitará os direitos humanos e as instituições democráticas do país e conversar com ele sobre os acordos comerciais dos dois países.

— O Brasil deve se manifestar como defensor ferrenho da democracia, mas não pode interferir na soberania paraguaia nem deixar que isso interfira nas relações comerciais — disse.



Nos 24 anos do PSDB, Alvaro destaca legado do partido para a estabilidade econômica

O aniversário de 24 anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi comemorado por Alvaro Dias (PSDB-PR). A legenda, segundo o senador, "foi fundamental para que o Brasil concretizasse estabilidade monetária, sustentabilidade financeira, responsabilidade fiscal e uma economia competitiva".

Alvaro afirmou que o Plano Real, o aumento do salário mínimo e o fim dos altos índices inflacionários foram

alguns dos feitos e legados do PSDB que ajudaram a mudar o país, valorizando a renda dos trabalhadores.



O senador também considerou a Lei de Responsabilidade Fiscal, a modernização da Petrobras, das telecomunicações e das indústrias naval e aeronáutica e programas sociais como o Comunidade Solidária como contribuições

do PSDB e de aliados ao país. Ressaltou ainda a importância dos movimentos de jovens e mulheres do partido.

Anibal Diniz ressalta importância da participação popular em convenções

Anibal Diniz (PT-AC) salientou a importância das convenções partidárias para escolha de candidatos a prefeito dos partidos que integram a Frente Popular (PT, PCdoB, PSB, PDT, PV, PR, PSDC, PRB, PTN e PTB) em Rio Branco e também em outras cidades do interior do Acre.

Para ele, a presença popular exercitada é "extremamente benéfica".

— A participação é algo absolutamente salutar, seja para quem faz a opção

de cultivar uma filiação partidária e disputar cargos eletivos, seja para quem atua fora dos cargos eletivos, mas faz observações, críticas, sugere mudanças e cobra o cumprimento das leis e o comportamento ético — afirmou.

O senador também defendeu a aprovação do projeto (PLS 25/07), do então senador Tião Viana, que inclui o critério de sustentabilidade ambiental para desempate em compras públicas.



Em debate no Senado, especialistas cobraram cumprimento da Lei de Mobilidade Urbana, que entrou em vigor em abril passado

Transporte público precisa ser prioritário, diz entidade

O SISTEMA DE transporte público precisa ter prioridade em relação ao transporte individual. Essa foi uma das principais mensagens apresentadas na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade, Nazareno Stanislau Affonso destacou a importância da Lei 12.587/12, conhecida como Lei de Mobilidade Urbana, que entrou em vigor em abril. Ele lembrou que, de acordo com

as novas normas, os meios de transporte não motorizados, como a bicicleta, têm prioridade sobre os motorizados, e o transporte público coletivo tem prioridade sobre o individual motorizado.

— Essa lei entra em rota de colisão com uma política de Estado que, na prática, é implementada no Brasil desde a década de 1950 e cujo objetivo é universalizar o uso e a propriedade do automóvel — declarou.

Por outro lado, Affonso observou que, com os congestionamentos nas cidades, “a própria crise de mobilidade provocada pelo automóvel, para a qual não se vê solução, acabou se tornando uma aliada da Lei de Mobilidade Urbana”. Ele salientou que essa lei prevê outras medidas importantes, como a transparência das planilhas tarifárias, que permitiria à

Lei sancionada em abril prevê que governo privilegie o transporte coletivo, não o individual

população verificar como são compostos os preços cobrados pelas empresas de transporte coletivo. Affonso reconheceu que, inicialmente, haverá um

“descumprimento generalizado” de diversas medidas, mas ressaltou a importância da Lei 12.587/12 como um instrumento legal que dá base a demandas defendidas há muito tempo.

Para Maria Rosa Ravelli Abreu, da Universidade de Brasília (UnB), o transporte coletivo não deveria ser uma forma de empresas de ônibus terem grandes lucros, pois o transporte urbano deve ser um direito da

população, mas é considerado um serviço ruim e caro no Brasil.

A integração entre os meios de transporte, visando ampliar e aperfeiçoar o sistema público coletivo, foi defendida pelos participantes da audiência.

Bilhete único

Para o Distrito Federal, por exemplo, o jornalista Carlos Penna, especialista em formas alternativa de energia, sugeriu a integração entre metrô, ônibus e vans, de forma que os passageiros paguem somente uma vez para fazer o trajeto desejado, combinando os diferentes meios de transporte.

De acordo com Penna, o sistema intermodal seria mais barato e aumentaria o número de pessoas que utilizam o transporte público. Numa audiência realizada em abril, ele ressaltara que as empresas de ônibus do DF fogem da integração porque nesse sistema teriam de abrir sua contabilidade — para viabilizar a cobrança de um bilhete único e um sistema de divisão de receitas — e enfrentar a concorrência de outros meios.

Participação popular na gestão das cidades cresceu com estatuto

Outro assunto discutido na audiência da CDH foi o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que fixa as diretrizes gerais da política urbana no país. Nos 11 anos da legislação, cerca de 90% dos municípios que têm obrigação legal de elaborar seu plano diretor — como os que possuem mais de 20 mil habitantes — cumpriram tal exigência, disse Carolina Cavalcanti, representante do Ministério das Cidades. De acordo com o estatuto, “o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

— Também houve avanços na noção de gestão democrática. Mais pessoas participam hoje da discussão dos problemas das cidades — disse.

Por outro lado, destacou Carolina, “a implementação dos planos diretores ainda é precária, pois muitas vezes eles não são autoaplicáveis, não explicam como devem ser executados e ficam no papel”. Para superar isso, ela propõe “aumentar a capacidade de gestão dos municípios”, já que as prefeituras enfrentam problemas como a dependência de recursos federais e a falta de equipes técnicas capazes de executar as diretrizes do plano diretor.

Ainda sobre o grande número de automóveis nas cidades, o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse que uma mudança de modelo “não será algo fácil”.

— As cidades já não comportam mais veículos, mas a indústria de automóveis ainda é uma grande mola que impulsiona o país — afirmou.

O senador defendeu dois projetos que isentam as bicicletas do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI): o PLS 488/09 e o PLS 166/09.

— Se a medida vale para automóveis, tem que valer também para bicicletas, que não poluem, fazem bem à saúde e desafogam o trânsito.

Ângela destaca centro binacional para vítimas de violência

Ângela Portela (PT-RR) destacou ontem a inauguração do primeiro centro de atendimento binacional a mulheres migrantes, em Pacaraima (RR), na fronteira com a Venezuela.



O centro visa assistir mulheres migrantes que sofrem violência e encaminhá-las ao atendimento no lado brasileiro e na cidade de Santa Elena de Uairén, no país vizinho. A iniciativa é um acordo entre os dois governos. Também foi instalado um comitê de fronteira para atender vítimas de violência na região.

O centro visa assistir mulheres migrantes que sofrem violência e encaminhá-las ao atendimento no lado brasileiro e na cidade de Santa Elena de Uairén, no país vizinho. A iniciativa é um acordo entre os dois governos. Também foi instalado um comitê de fronteira para atender vítimas de violência na região.

Raupp lembra 190 anos de associação maçônica

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou o Grande Oriente do Brasil por seus 190 anos.



Ele disse que a instituição tem grande expressividade no país e desempenhou papel importante na Independência, na Abolição da Escravatura e na Proclamação da República. Segundo ele, as 2.400 lojas e quase 100 mil filiados tornam a associação a maior potência maçônica do mundo latino.

— O Grande Oriente do Brasil tem agido em defesa da dignidade da pessoa — afirmou.

Wellington: caju é “de suma relevância” para o Nordeste

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que participará da nona edição do Caju Nordeste, considerado o maior evento sobre cajucultura no Brasil.



O evento será realizado de 28 de junho a 1º de julho, em Picos (PI), e terá painéis, seminários, cursos, oficinas técnicas e visitas a empreendimentos.

— O cajueiro, para o semiárido nordestino, é de suma relevância porque os empregos do campo são gerados na entressafra de culturas tradicionais, como milho, feijão e algodão, reduzindo o êxodo rural.



Senador Paulo Paim (C) coordena audiência em comissão: Estatuto da Cidade e Lei Nacional de Mobilidade Urbana

Paim chama a atenção para direitos dos idosos

A sociedade envelheceu nas últimas décadas e a defesa dos direitos dos idosos é do interesse de milhões de brasileiros, afirmou Paulo Paim (PT-RS). O senador ressaltou previsão da Organização Mundial da Saúde (OMS) segundo a qual, até 2025, o Brasil terá a sexta maior população de pessoas idosas no mundo.

— Necessitamos oferecer

adequado tratamento preventivo e médico-hospitalar, com crescente formação de geriatras, que cuidam da saúde do idoso, e de gerontólogos, que estudam o fenômeno biológico do envelhecimento — disse.

Paim defendeu a constante readequação das políticas públicas voltadas aos idosos. A defesa dos direitos dos “mais vividos”, segundo ele, é dever

do Estado e de todos os membros da sociedade.

O senador registrou reunião do secretário de Política Agrícola, Caio Tibério da Rocha, com técnicos do Ministério da Agricultura, parlamentares gaúchos e membros da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) para debater a comercialização do arroz e o

endividamento do setor.

— O endividamento alcança R\$ 3 bilhões e é ocasionado por perdas de preços e de produção, seja por fatores climáticos ou econômicos — explicou.

Paim disse que 300 mil toneladas de arroz dos estoques públicos serão direcionadas a municípios do sertão do Nordeste que enfrentam forte seca.